



ACÓRDÃO Nº938/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12293/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iranduba – SAAE.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Jorge Venicio da Silva Braga (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2064/2021-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iranduba - SAAE. Exercício de 2019.

Revelia. Irregularidade. Multa. Alcance. Inscrição na Dívida Ativa. Recomendação. Comunicação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel** o Sr. **Jorge Venicio da Silva Braga**.
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iranduba – SAAE**, exercício 2019, de responsabilidade do Sr. **Jorge Venicio da Silva Braga** - Diretor-Presidente e Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, III e 25 da Lei 2.423/96.
- 10.3. **Aplicar Multa** ao Sr. **Jorge Venicio da Silva Braga** no valor de **R\$ 6.827,19** (Seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, com fundamento no art. 54, V da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, V da Resolução n. 04/2002 com redação dada pela Resolução n. 04/2018 pela prática de ato ilegítimo de que resultou em injustificado danos ao erário, pelas restrições n. 01 e 02 do Relatório Conclusivo n. 34/2021-DICAMI, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da



ACÓRDÃO Nº938/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.4. Aplicar Multa** ao Sr. **Jorge Venicio da Silva Braga** no valor de **R\$ 13.654,39** (Treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, com fundamento no art. 54, VI da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, VI da Resolução n. 04/2002 com redação dada pela Resolução n. 04/2018 pela prática de ato com grave infração a norma legal, pelas restrições n. 03, 04, 05, 06, 07 e 08 do Relatório Conclusivo n. 34/2021-DICAMI, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.5. Considerar em Alcance** ao Sr. **Jorge Venicio da Silva Braga** no valor de **R\$ 52.516,43** (cinquenta e dois mil, quinhentos e dezesseis reais e



ACÓRDÃO Nº938/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

quarenta e três centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa, fundamentado no art. 304, I, da Resolução TCE 04/2002 c/c art. 53 da Lei nº 2.423/1996, na esfera Municipal para o órgão Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iranduba - SAAE, pelas seguintes glosas:

10.5.1. R\$51.516,43 pela restrição n. 01 do Relatório Conclusivo n. 34/2021-DICAMI;

10.5.2. R\$1.000,00 pela restrição n. 02 do Relatório Conclusivo n. 34/2021-DICAMI;

10.6. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa do Sr. Jorge Venicio da Silva Braga no caso de não recolhimento das glosas no prazo previsto, ficando, desde já, autorizada a DERED a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02.

10.7. Recomendar ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iranduba - Saae que cumpra com o máximo zelo a Lei de Licitações e Contratos;

10.7.1. Cumpra com o máximo rigor a legislação pertinente aos regimes próprios de previdência;

10.7.2. Observe com o máximo zelo as disposições da Lei Complementar n. 131/2009 – Lei da Transparência;

10.7.3. Observe com cautela a Lei complementar nº 101/2000;

10.7.4. Observe com o máximo zelo a Lei n. 4.320/64, principalmente quanto as fases da despesa pública;

10.7.5. Cumpra rigorosamente os prazos para a remessa de dados à esta Corte de Contas por meio eletrônico;

10.8. Comunicar à Secretaria da Receita Federal do Brasil sobre a ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias dos servidores do SAAE/Iranduba.

10.9. Dar ciência da decisão ao Sr. **Jorge Venicio da Silva Braga**.

10.10 Arquivar os autos nos termos regimentais após cumpridas as providências acima.

11- Ata: 30ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 1 de Setembro de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº938/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral